



*Meritíssimo Juízo da ____ Vara Cível do Foro Central da
Comarca da Região Metropolitana de Cascavel, Estado do Paraná,*

URGENTE – PEDIDO LIMINAR

CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 04.929.130/0001-64, com sede à Rua da Imigração, nº 1205, Nova Cidade, CEP 85803-050, no município de Cascavel, Estado do Paraná, endereço eletrônico financeiro@caravaggio.com.br, por intermédio de seus procuradores judiciais abaixo identificados, com endereço profissional na Avenida Nóbrega, 370, Edifício Green Park, Zona 04, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP: 87.014-180, onde recebe intimações (procuração anexa), endereço eletrônico controladoria@valadaresadvogados.com.br, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, **requerer o deferimento do processamento de sua**

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Com fulcro nos arts. 48 e 52 da Lei nº 11.101/05, nos termos dos fatos e fundamentos que serão expostos adiante.



Av. Nóbrega, 370, Ed. Green Park, Zona 04 • CEP 87014-180 • Maringá/PR • +55 44 3227-9396
Rua Dr. Zamenhof, 378, Alto da Glória • CEP 80030-320 • Curitiba/PR • +55 41 3093-9396
www.valadaresadvogados.com.br | OAB/PR 2.975





I. BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA E RAZÕES DA CRISE

A CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA. (doravante CARAVAGGIO) foi constituída em fevereiro de 2002, ainda como JORGE TEIXEIRA & TEIXEIRA LTDA., tendo por objetos sociais principais *serviços de pavimentação poliédrica e asfáltica, serviços de terraplanagem, construção de rodovias e construção de galerias fluviais e viadutos*, dentre diversas outras atividades, conforme inteiro teor do contrato social (doc. anexo).

Desde então, passaram-se mais de 20 (vinte) anos, período em que houve enorme crescimento e reconhecimento da empresa. Naturalmente, houveram diversas alterações no contrato social, tendo por objetivo a readequação nas atividades empreendidas e modificações no quadro societário e no capital social.

Foi a partir da 4ª Alteração do Contrato Social, em maio de 2011, que a razão social foi alterada para CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA., permanecendo assim até hoje, sendo esta a “marca” que passou a ter grande relevância e ser amplamente respeitada no setor.

A 8ª Alteração do Contrato Social, realizada em abril de 2016, foi a última, tendo restado consolidado o quadro societário da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	CAPITAL (R\$)	CAPITAL (%)
Felipe Cortese Varisco	9.360.000	R\$ 9.360.000,00	78%
Jorge Teixeira	1.080.000	R\$ 1.080.000,00	09%
Antonio Vanderlei Teixeira	1.080.000	R\$ 1.080.000,00	09%
Marcos Eduardo Lorini Varisco	480.000	R\$ 480.000,00	04%
TOTAL	12.000.000	R\$ 12.000.000,00	100%

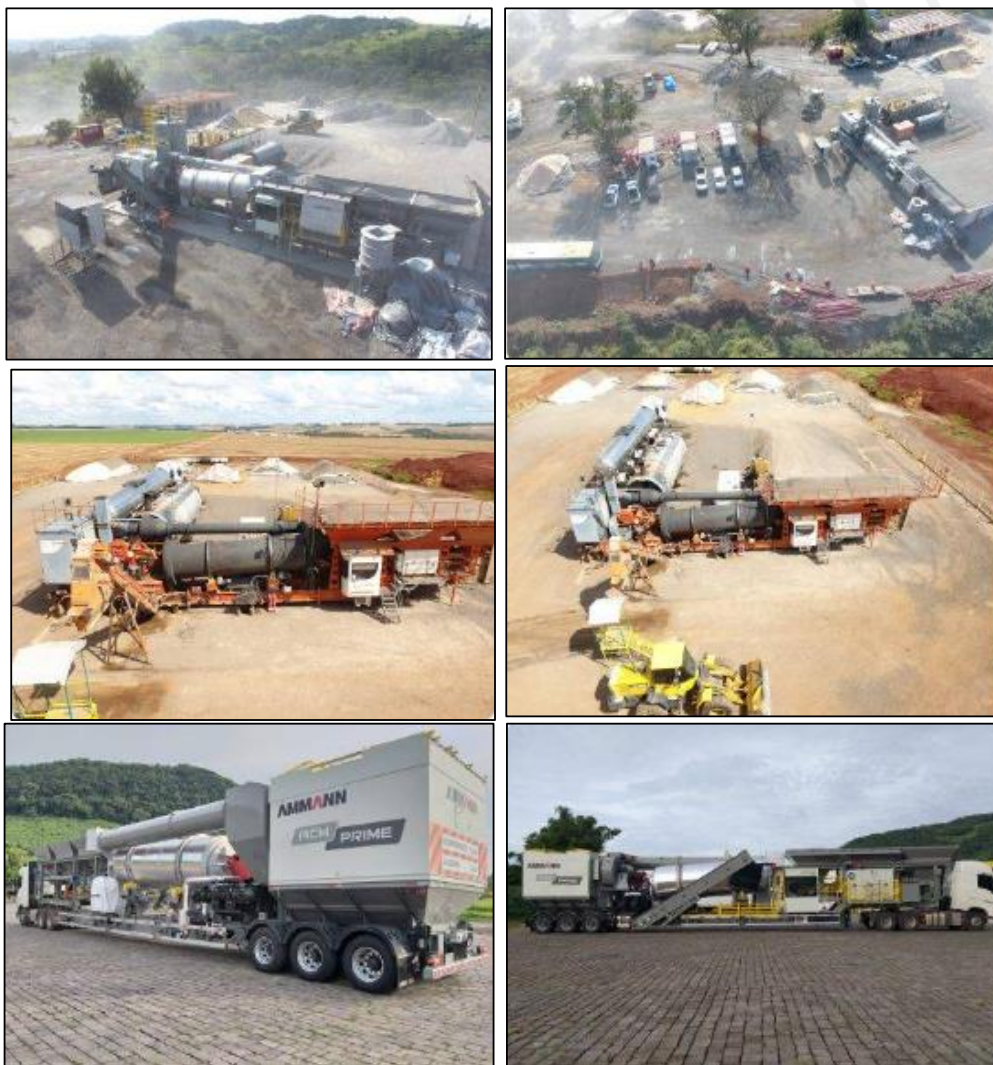
Desde então, o crescimento da CARAVAGGIO foi exponencial, tendo começado com pequenas obras de terraplanagens junto a iniciativa privada e, posteriormente, também junto ao poder público. Com o decorrer do tempo, a aquisição de expertise no setor e capacitação da equipe permitiu a alavancagem para obras de maior porte e importância, o que implicava também em maior retorno financeiro.





Neste período, com a inflação estável, juros acessíveis e obras de, no máximo, 12 (doze) meses de duração, a empresa manteve boa estabilidade e saúde financeira, tornando-se a que mais cresce no estado do Paraná e referência no ramo de pavimentação asfáltica e infraestrutura de obras pesadas em todo o estado, reconhecida pela qualidade de seus serviços.

Atualmente, a CARAVAGGIO possui três usinas de asfaltos no estado do Paraná, nas cidades Maripá, Apucarana e Curitiba:





Dentre as inúmeras importantes obras executadas pela CARAVAGGIO, cumpre destacar, apenas a título de exemplo:

- **IMPLANTAÇÃO DE VIADUTO EM SANTA TEREZINHA DO ITAIPU**
- Execução de serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem e obras de arte correntes, obras de arte especiais, sinalização e serviços complementares: passagem inferior e vias marginais no km 709+839,536 metros da Rodovia BR-277, em Santa Terezinha do Itaipu, numa extensão de 1,20 KM.



Av. Nóbrega, 370, Ed. Green Park, Zona 04 • CEP 87014-180 • Maringá/PR • +55 44 3227-9396
Rua Dr. Zamenhof, 378, Alto da Glória • CEP 80030-320 • Curitiba/PR • +55 41 3093-9396
www.valadaresadvogados.com.br | OAB/PR 2.975





Dados da Obra:

- Terraplanagem: 91.000 m³
- Aterros: 39.000 m³
- Pavimentação: 23.639 m²
- Pontes: 650 m³
- Drenagem: 1.450 metros
- Viadutos: 66.593 KG

➤ **CURITIBA – SMOP – FRESAGEM E RECAPE – LOTE 03**

- Serviços de reparos e revitalização de vias públicas com ações corretivas por contrato, contemplando a fresagem de camada de pavimento asfáltico deteriorado com utilização de fresadora, transporte de material fresado, varrição, lavagem da pista, imprimação, pintura de ligação e aplicação de recape asfáltico em concreto betuminoso usinado a quente – CBUQ, sinalização horizontal de trânsito, realização de ensaios tecnológicos e confecção de placas de comunicação visual e sinalização durante a realização dos serviços – SMOP.



Av. Nóbrega, 370, Ed. Green Park, Zona 04 • CEP 87014-180 • Maringá/PR • +55 44 3227-9396
Rua Dr. Zamenhof, 378, Alto da Glória • CEP 80030-320 • Curitiba/PR • +55 41 3093-9396
www.valadaresadvogados.com.br | OAB/PR 2.975



Dados da Obra:

- Fresagem de Pavimento: 10.390 m³
- Aplicação de CBUQ: 26.000 toneladas

➤ **CONCESSIONÁRIA VIAPAR**

- Serviços de manutenção no pavimento de diversos trechos da RODOVIA PR-444, PR-986 E BR-369 localizada no estado do Paraná.



➤ **RECICLAGEM DE PAVIMENTO ASFÁLTICO DETERIORADO – CURITIBA/PR**

- Serviços feitos pelo processo de reciclagem, em que a camada danificada é removida e o pavimento ganha reforço estrutural. O asfalto antigo, então, é triturado e ao material é incorporado água, cimento e pedra, compondo uma nova base para o piso. Depois são aplicadas camadas de reperfilamento e revestimento asfáltico.





Dados da Obra:

- Reciclagem de Pavimento com cimento: 70.683,81 m³
- Pavimentação com CBUQ: 80.000 toneladas

➤ **PAVIMENTAÇÃO EM TUPÃSSI – PARANÁ**

- Execução de pavimentação asfáltica em diversas ruas do Município de Tupãssi.



Av. Nóbrega, 370, Ed. Green Park, Zona 04 • CEP 87014-180 • Maringá/PR • +55 44 3227-9396
Rua Dr. Zamenhof, 378, Alto da Glória • CEP 80030-320 • Curitiba/PR • +55 41 3093-9396
www.valadaresadvogados.com.br | OAB/PR 2.975





Dados da Obra:

- Pavimentação Asfáltica: 56.142,14 m²

➤ **PAVIMENTAÇÃO EM RUAS DE NOVA SANTA ROSA/PARANÁ**

- Obras de execução de pavimentação asfáltica.



Dados da Obra:

- Pavimentação Asfáltica: 41.252,88m²



Av. Nóbrega, 370, Ed. Green Park, Zona 04 • CEP 87014-180 • Maringá/PR • +55 44 3227-9396
Rua Dr. Zamenhof, 378, Alto da Glória • CEP 80030-320 • Curitiba/PR • +55 41 3093-9396
www.valadaresadvogados.com.br | OAB/PR 2.975





➤ **RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS – JESUÍTAS/PR**

- Recape asfáltico do município de Jesuítas até Carajá, recuperação de estradas vicinais. Contempla serviços de limpeza, pintura de ligação, pavimentação asfáltica e sinalização horizontal e vertical.



A partir da já mencionada última alteração do contrato social, a CARAVAGGIO também passou a ter como objeto social o loteamento e compra e venda de imóveis próprios, além de outras atividades secundárias relacionadas a construção civil. Neste setor, cumpre destacar os seguintes loteamentos executados:

➤ **LOTEAMENTO VEREDAS – CASCAVEL/PR**



Dados da Obra:

- Terraplanagem: 61.000 m²
- Rede de Água: 9.000 m
- Rede de Esgoto: 8.000 m
- Meio-fio: 12.000 m
- Galeria de Água Pluvial: 5.000 m²
- CBUQ: 5.000 toneladas



Av. Nóbrega, 370, Ed. Green Park, Zona 04 • CEP 87014-180 • Maringá/PR • +55 44 3227-9396
Rua Dr. Zamenhof, 378, Alto da Glória • CEP 80030-320 • Curitiba/PR • +55 41 3093-9396
www.valadaresadvogados.com.br | OAB/PR 2.975





➤ **LOTEAMENTO ARAUCÁRIA – ASSIS CHATEAUBRIAND/PR**



Dados da Obra:

- Terraplanagem: 15.000 m²
- Rede de Água: 4.000 m
- Meio-fio: 4.000 m
- Calçadas: 10.000 m²
- Pavimentação Asfáltica: 1.000 m²
- Galeria Pluvial: 2.000 m²

Neste setor, inclusive, cumpre destacar que a CARAVAGGIO compõe o quadro societário da PALOTINA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA. (CNPJ nº 33.538.410/0001-40) e LOTEAMENTO NOVOS TEMPOS LTDA. (CNPJ nº 17.358.447/0001-30), com o objeto social de “loteamento de imóveis próprios e sem realização de benfeitorias; Compra e venda de imóveis próprios de terceiros; Incorporação de empreendimentos imobiliários” (contratos sociais anexos).



Av. Nóbrega, 370, Ed. Green Park, Zona 04 • CEP 87014-180 • Maringá/PR • +55 44 3227-9396
Rua Dr. Zamenhof, 378, Alto da Glória • CEP 80030-320 • Curitiba/PR • +55 41 3093-9396
www.valadaresadvogados.com.br | OAB/PR 2.975





Ainda no setor imobiliário, a CARAVAGGIO possui dois loteamentos com diversos imóveis disponíveis para venda, sendo eles:

○ **LOTEAMENTO FARIZ GEBRIM – APUCARANA/PR:**



Av. Nóbrega, 370, Ed. Green Park, Zona 04 • CEP 87014-180 • Maringá/PR • +55 44 3227-9396
Rua Dr. Zamenhof, 378, Alto da Glória • CEP 80030-320 • Curitiba/PR • +55 41 3093-9396
www.valadaresadvogados.com.br | OAB/PR 2.975





○ **LOTEAMENTO NOVO HORIZONTE – PALOTINA/PR:**



E assim a empresa permaneceu bem estruturada e crescendo até o ano de 2019, quando passou a ter problemas com o seu fluxo de caixa.



Av. Nóbrega, 370, Ed. Green Park, Zona 04 • CEP 87014-180 • Maringá/PR • +55 44 3227-9396
Rua Dr. Zamenhof, 378, Alto da Glória • CEP 80030-320 • Curitiba/PR • +55 41 3093-9396
www.valadaresadvogados.com.br | OAB/PR 2.975





Os custos mensais das obras eram elevados, ao passo que os recebimentos sempre foram posteriores ao desembolso. Atrasos sucessivos nos recebimentos, aliado aos desequilíbrios contratuais (nunca corrigidos), ocasionaram um grande desequilíbrio no fluxo de caixa, obrigando a CARAVAGGIO a recorrer às instituições financeiras, encontrando no Banco do Brasil o seu principal parceiro.

Entretanto, o aumento dos preços dos produtos derivados do petróleo, base dos custos da CARAVAGGIO, se tornou incontrolável, a ponto de não ser mais possível suportar os prejuízos.

A título de exemplo: o preço da tonelada do CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo) no ano de 2017 era de R\$ 1.700,00; em 2018 era de R\$ 3.300,00; no início de 2022 o preço já era de R\$ 6.000,00. Já o óleo diesel teve um aumento de R\$ 2,20 para R\$ 7,00 o litro. Vejamos:

Preço do asfalto dispara e pode parar obras públicas

Alta de 25% no preço em maio deve gerar nova onda de renegociação de contratos

Figura 1- <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/08/preco-do-asfalta-dispara-e-pode-parar-obras-publicas.shtml>

JC LOGÍSTICA - Publicada em 08 de Agosto de 2021 às 15:15

Preço do asfalto dispara e pode reduzir ritmo de obras pelo País

De acordo com dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o preço do cimento asfáltico mais usado no País subiu 42% nas refinarias desde o início do governo Bolsonaro. A escalada, porém, começou a partir de 2015, após anos de congelamento de preços nos governos petistas.

Figura 2- https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/cadernos/jc_logistica/2021/08/805559-preco-do-asfalto-dispara-e-pode-reduzir-ritmo-de-obras-pelo-pais.html



Av. Nóbrega, 370, Ed. Green Park, Zona 04 • CEP 87014-180 • Maringá/PR • +55 44 3227-9396
Rua Dr. Zamenhof, 378, Alto da Glória • CEP 80030-320 • Curitiba/PR • +55 41 3093-9396
www.valadaresadvogados.com.br | OAB/PR 2.975



Preço do diesel chega à máxima histórica em termos reais

Valor nas bombas sobe pelo 6º mês seguido, segundo a ANP; o litro passa de R\$ 7 em 20 Estados e no Distrito Federal

Figura 3- <https://www.poder360.com.br/economia/preco-do-diesel-cheqa-a-maxima-historica-em-termos-reais/>

Para melhor ilustração, quando a empresa vence um certame licitatório, são especificados os produtos e suas respectivas quantidades de acordo com os preços praticados no momento. Contudo, a execução de uma obra demora, em média, cerca de 18 meses. Neste período, o aumento excessivo dos preços ocasionou grande prejuízo, aliado ao fato de que nenhum credor se mostrou flexível em renegociar os contratos para manter o equilíbrio.

Em abril do corrente ano (2022), a CARAVAGGIO se viu obrigada a paralisar a maioria de suas obras em andamento, bem como suspender aquelas que ainda estavam para ser iniciadas. Isto porque, pelo motivo já explicado anteriormente – necessidade de desembolso antes dos recebimentos –, a execução destes contratos agravaria ainda mais a situação financeira da empresa e, possivelmente, tornaria irreversível/insuperável a crise.

Também vale ressaltar que a CARAVAGGIO já compôs com parte significativa de seus colaboradores que executavam as obras que foram suspensas e, também, com boa parte de seus fornecedores, o que invariavelmente, auxiliará no soerguimento das atividades da empresa.

Por outro lado, a atividade imobiliária segue em ascendência, com vendas de lotes e reestruturação de recebíveis o que será de grande importância para fazer frente ao cumprimento do futuro plano de recuperação judicial.

Toda a situação relatada culminou no endividamento atual da CARAVAGGIO, que – considerando débitos em aberto junto a instituições financeiras, fornecedores, colaboradores e fisco – corresponde a **R\$ 37.524.300,58** (trinta e sete milhões, quinhentos e vinte e quatro mil e trezentos reais e cinquenta e oito centavos), conforme se verifica da relação de credores anexa.





Em que pese se tratar de um endividamento considerável e a atual paralização de parte das atividades, a empresa é viável sob o ponto de vista econômico, o que será ratificado com a apresentação do Plano de Recuperação Judicial no momento oportuno.

Assim, embora a CARAVAGGIO não reúna condições de pagar todas suas dívidas nos respectivos vencimentos, certamente poderá fazê-lo com novos vencimentos e reenquadramentos em sua atual situação financeira.

Isto posto, uma vez exauridas todas as estratégias administrativas, a empresa requerente não vislumbrou alternativa senão se socorrer do Poder Judiciário por meio do presente pedido de recuperação judicial, que possibilitará, se deferido, a necessária reorganização financeira para a superação da crise.

II. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS

De acordo com a Lei 11.101/2005, mais especificamente em seu art. 48, são exigidos alguns requisitos básicos para o deferimento do pedido de Recuperação Judicial.

(a) EXERCÍCIO REGULAR DA ATIVIDADE HÁ MAIS DE DOIS ANOS (ART. 48, CAPUT, LEI Nº 11.101/05);

A certidão simplificada anexa demonstra que os atos constitutivos da CARAVAGGIO foram arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Paraná (Jucepar) em 26/02/2002, iniciando-se as atividades na mesma data, conforme recorte:

Nome Empresarial: <u>CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA</u>			Protocolo: PRC2212655403
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada			
NIRE (Sede) 41204748937	CNPJ 04.929.130/0001-64	Data de Ato Constitutivo 26/02/2002	Início de Atividade 15/02/2002

Portanto, resta evidenciado o exercício regular da atividade pela CARAVAGGIO há mais de 20 (vinte) anos, não remanescendo dúvidas quanto ao preenchimento deste requisito temporal.





(b) NÃO SER FALIDO, OU, SE O FOI, QUE SUAS OBRIGAÇÕES JÁ TENHAM SIDO EXTINTAS; NÃO TER OBTIDO RECUPERAÇÃO JUDICIAL HÁ MENOS DE 05 ANOS; NÃO TER OBTIDO RECUPERAÇÃO JUDICIAL COM BASE EM PLANO ESPECIAL HÁ MENOS DE 05 ANOS (ART. 48, I, II E III DA LEI Nº 11.101/05);

As certidões negativas de falência, concordata e recuperação judicial (doc. anexo) demonstram que a CARAVAGGIO e seus respectivos sócios jamais enfrentaram qualquer processo falimentar ou recuperacional, restando também preenchidos os requisitos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 48 da Lei nº 11.101/05.

CERTIFICA, atendendo a pedido verbal de parte interessada, que revendo nesse Cartório do Distribuidor Público da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, os registros e demais elementos componentes do arquivo, referente ao FORO JUDICIAL, neles verificou a INEXISTÊNCIA, especifica de:

FALÊNCIAS OU CONCORDATAS; RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL (LEI 11.101/2005), de responsabilidade de:

CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 04.929.130/0001-64

ao FORO JUDICIAL, neles verificou a INEXISTÊNCIA, especifica de:

FALÊNCIAS OU CONCORDATAS; RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL (LEI 11.101/2005), de responsabilidade de:

ANTONIO VANDERLEI TEIXEIRA
CPF: 663.371.279-00

ao FORO JUDICIAL, neles verificou a INEXISTÊNCIA, especifica de:

FALÊNCIAS OU CONCORDATAS; RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL (LEI 11.101/2005), de responsabilidade de:

FELIPE CORTESE VARISCO
CPF: 007.052.229-42

ao FORO JUDICIAL, neles verificou a INEXISTÊNCIA, especifica de:

FALÊNCIAS OU CONCORDATAS; RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL (LEI 11.101/2005), de responsabilidade de:

JORGE TEIXEIRA
CPF: 995.337.079-68

ao FORO JUDICIAL, neles verificou a INEXISTÊNCIA, especifica de:

FALÊNCIAS OU CONCORDATAS; RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL (LEI 11.101/2005), de responsabilidade de:

MARCOS EDUARDO LORINI VARISCO
CPF: 075.073.539-23





(c) NÃO TER SIDO CONDENADO POR CRIME FALIMENTAR, NEM TER COMO SÓCIO CONTROLADOR OU ADMINISTRADOR PESSOA CONDENADA POR CRIME FALIMENTAR (ART. 48, IV, LEI Nº 11.101/05);

Conforme certidões negativas de distribuição criminal anexas, tanto a CARAVAGGIO como seus sócios não possuem nenhum registro de distribuição de feitos criminais, não havendo, portanto, que se falar em condenação por crimes de quaisquer naturezas, inclusive falimentares, restando atendido o requisito exigido no inciso IV do art. 48 da Lei nº 11.101/05.

CERTIFICO, que atendendo a pedido verbal de parte interessada, que revendo os registros de Criminais, Juizado Especial Criminal e Execuções Penais, referente ao FORO JUDICIAL, NADA CONSTA, contra o requerente até a presente data:
CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA CNPJ: 04.929.130/0001-64
FILIAÇÃO:

CERTIFICO, que atendendo a pedido verbal de parte interessada, que revendo os registros de Criminais, Juizado Especial Criminal e Execuções Penais, referente ao FORO JUDICIAL, NADA CONSTA, contra o requerente até a presente data:
ANTONIO VANDERLEI TEIXEIRA CPF: 663.371.279-00
RG: 4342807-1
FILIAÇÃO: LOURDES BARBIERI FAVERO TEIXEIRA JOAO BATISTA TEIXEIRA

CERTIFICO, que atendendo a pedido verbal de parte interessada, que revendo os registros de Criminais, Juizado Especial Criminal e Execuções Penais, referente ao FORO JUDICIAL, NADA CONSTA, contra o requerente até a presente data:
FELIPE CORTESE VARISCO CPF: 007.052.229-42
RG: 1705414265
FILIAÇÃO: DULCE CORTESE VARISCO
JONI PAULO VARISCO

CERTIFICO, que atendendo a pedido verbal de parte interessada, que revendo os registros de Criminais, Juizado Especial Criminal e Execuções Penais, referente ao FORO JUDICIAL, NADA CONSTA, contra o requerente até a presente data:
JORGE TEIXEIRA CPF: 995.337.079-68
RG: 6825414-0
FILIAÇÃO: LOURDES BARBIERI FAVERO TEIXEIRA JOAO BATISTA TEIXEIRA

CERTIFICO, que atendendo a pedido verbal de parte interessada, que revendo os registros de Criminais, Juizado Especial Criminal e Execuções Penais, referente ao FORO JUDICIAL, NADA CONSTA, contra o requerente até a presente data:
MARCOS EDUARDO LORINI VARISCO CPF: 075.073.539-23
RG: 9403769-7
FILIAÇÃO: NEDI MARIA LORINI JUAREZ JOSÉ VARISCO





(d) CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS (ART. 57, LEI Nº 11.101/05);

No tocante às certidões negativas de débitos tributários, a requerente registra que se utilizará da prerrogativa do art. 57 da Lei nº 11.101/05, *in verbis*:

Art. 57. Após a juntada aos autos do plano aprovado pela assembléia-geral de credores ou decorrido o prazo previsto no art. 55 desta Lei sem objeção de credores, o devedor apresentará certidões negativas de débitos tributários nos termos dos arts. 151, 205, 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Sendo assim, as certidões negativas de débitos tributários serão apresentadas após a juntada nos autos do plano de recuperação judicial aprovado pela Assembleia-Geral de Credores.

Destarte, restam preenchidos todos os requisitos legais, não havendo qualquer impedimento para que seja deferido o processamento da recuperação judicial ora pleiteada.

III. ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO ART. 51 DA LRF

Além dos requisitos básicos descritos no tópico anterior, a Lei nº 11.101/05, em seu art. 51, condiciona o deferimento da recuperação judicial à apresentação de diversos documentos e informações, os quais também restam devidamente cumpridos, conforme se demonstrará a seguir:

(a) CAUSAS DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL E MOTIVOS DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA (ART. 51, I, DA LEI Nº 11.101/05)

O tópico "I" desta petição inicial contém a descrição das causas concretas da situação patrimonial e da crise econômico-financeira que motivam o presente pedido de recuperação judicial, restando preenchido o requisito.





(b) DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E AS LEVANTADAS PARA INSTRUIR O PEDIDO (ART. 51, II, DA LEI Nº 11.101/05)

Este requisito resta preenchido mediante a juntada dos balanços patrimoniais, demonstrações de resultado, relatórios de fluxo de caixa dos três últimos exercícios sociais, demonstrações de lucros ou prejuízos acumulados, extraídos especificamente para instruir o presente pedido e, por fim, a projeção do fluxo de caixa para os próximos 12 (doze) meses.

(c) RELAÇÃO NOMINAL DE CREDORES (ART. 51, III, LEI Nº 11.101/05)

Conforme se verifica dos documentos anexos, instrui o presente pedido a relação nominal de credores trabalhistas, de credores com garantia real, de credores quirografários e, por fim, de credores EIRELI / EPP / ME, além de créditos não concursais como débitos tributários, que servem para demonstrar o passivo da empresa de modo geral.

(d) RELAÇÃO DE EMPREGADOS (ART. 51, IV, LEI Nº 11.101/05)

Também segue anexa a relação integral de funcionários, constando as respectivas funções e remunerações, suprimindo esta exigência.

(e) CERTIDÕES DE REGULARIDADE PERANTE O REGISTRO DO COMÉRCIO (ART. 51, V, LEI Nº 11.101/05)

Em atendimento a esta exigência, seguem anexas a certidão de inteiro teor, contendo o ato constitutivo e todas as alterações do contrato social da Autora, bem como a certidão simplificada, documentos obtidos junto à Jucepar.





(f) RELAÇÃO DE BENS PARTICULARES DOS SÓCIOS E ADMINISTRADORES (ART. 51, VI, LEI Nº 11.101/05)

Está sendo acostado documento contendo a relação de todos os bens particulares dos sócios da requerente.

(g) EXTRATOS ATUALIZADOS DE CONTAS BANCÁRIAS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS (ART. 51, VII, LEI Nº 11.101/05)

Seguem anexos os extratos atualizados de todas as contas bancárias de titularidade da Autora.

(h) CERTIDÕES DOS CARTÓRIOS DE PROTESTOS (ART. 51, VIII, LEI Nº 11.101/05)

Em atendimento a este requisito, junta-se certidões do cartório de protestos situados na comarca da sede da CARAVAGGIO (Cascavel/PR).

(i) RELAÇÃO DE AÇÕES JUDICIAIS (ART. 51, IX, LEI Nº 11.101/05)

Promove-se, também, a juntada da relação de todas as ações judiciais em que figura como parte, contendo as informações pertinentes de cada processo.

(j) RELATÓRIO DETALHADO DO PASSIVO FISCAL (ART. 51, X, LEI Nº 11.101/05)

Em anexo, segue extrato detalhado do passivo fiscal da CARAVAGGIO junto à União. Registra-se que a empresa não possui passivo junto ao Estado e ao Município, conforme certidões negativas de débitos dos referidos entes.





(k) RELAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO ATIVO NÃO CIRCULANTE (ART. 51, XI, LEI Nº 11.101/05)

A relação integral de bens da requerente também está sendo devidamente juntada, a fim de cumprir este requisito.

IV. DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DO PEDIDO

Atendidos todos os requisitos legais, impõe-se o deferimento do processamento da recuperação judicial, nos termos do art. 52 da Lei nº 11.101/05, *in verbis*:

Art. 52. Estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato:

Neste sentido é o ensinamento de MARLON TOMAZETTE:

Estando em termos a petição inicial e a documentação, o juiz deverá deferir o processamento da recuperação judicial, fazendo com que o devedor ingresse no processo. A recuperação ainda não foi concedida, mas a partir desse momento o devedor já está no processo e sofre todos os efeitos decorrentes dessa condição.¹

Sendo assim, demonstrado nos tópicos anteriores o cumprimento de todos os requisitos, sejam eles específicos ou formais, **impõe-se o deferimento do processamento da presente recuperação judicial**, nos precisos termos do art. 52, da Lei nº 11.101/05, comprometendo-se a requerente em promover a juntada do plano de recuperação judicial em até 60 dias corridos, contados da decisão que deferir o processamento do pedido.

¹ TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial: falência e recuperação de empresas. 6. Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. P. 116.





V. TUTELAS DE URGÊNCIA

V.1. DECLARAÇÃO DE ESSENCIALIDADE DE BENS DA RECUPERANDA

Em anexo, está sendo acostada a relação de imobilizados da CARAVAGGIO, contendo todos os equipamentos e maquinários que, de alguma forma, são utilizados em sua atividade empresarial. Na mesma planilha ainda constam as informações sobre a existência de gravames sobre os bens.

Também está sendo anexada a relação de bens imóveis (lotes), incluindo aqueles relacionados aos loteamentos Fariz Gebrim (Apucarana/PR) e Novo Horizonte (Palotina/PR), mencionados no tópico I da presente exordial.

Sabe-se, no entanto, que a CARAVAGGIO se encontra impossibilitada de manter o pagamento de seus débitos em razão da crise financeira que enfrenta, o que compromete a manutenção dos bens em sua posse – por conta dos riscos de constrição - e, por via de consequência, a produtividade empresarial em caráter pleno.

Dessa forma, a fim de viabilizar o processo recuperacional pretendido, **impõe-se a decretação da essencialidade dos bens da empresa, mantendo em sua posse aqueles relacionados nas planilhas de imobilizados anexa.**

Tal medida deve prevalecer, ainda que o respectivo bem esteja garantindo contrato com cláusula de alienação fiduciária, nos moldes da parte final do § 3º do art. 49 da Lei nº 11.101/05, *in verbis*:

Art. 49. § 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação





judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial.

Este é, aliás, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema. Vejamos a ementa do julgamento do Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 1.417.663/RS:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO AGRAVADO. 1. Compete ao juízo da recuperação judicial a prática de atos de execução (constitutivos/expropriatórios) deduzidos em face do patrimônio da empresa recuperanda, mesmo após o transcurso do prazo de 180 dias de suspensão, previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/05. 2. Segundo orientação jurisprudencial firmada por esta Corte Superior de Justiça, os credores cujos créditos não se sujeitam ao plano de recuperação, mesmo aqueles garantidos por alienação fiduciária, não podem expropriar bens essenciais à atividade empresarial, sob pena de subvertendo-se o sistema, conferir maior primazia à garantia real em detrimento do princípio da preservação da empresa. 3. Agravo interno desprovido².

No mesmo sentido, vejamos o seguinte julgado, também do Superior Tribunal de Justiça:

DIREITO EMPRESARIAL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA N. 284/STF. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. VALIDADE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. BUSCA E APREENSÃO. BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUBMISSÃO. DECISÃO MANTIDA. 1. Nã

² AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.417.663 - RS (2018/0334852-2).





se afigura viável o agravo interno cujas razões estão dissociadas dos fundamentos da decisão impugnada. Precedentes. 2. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor das Súmulas n. 282 e 356 do STF. 3. "Aplica-se a ressalva final contida no § 3º do art. 49 da Lei n.11.101/2005 para efeito de permanência, com a empresa recuperanda, dos bens objeto da ação de busca e apreensão, quando se destinarem ao regular desenvolvimento das essenciais atividades econômico-produtivas" (AgRg no CC 127.629/MT, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 25/4/2014). 4. Agravo interno a que se nega provimento³.

Assim, sendo evidente que os bens relacionados na planilha de imobilizados são todos destinados ao regular desenvolvimento da atividade da requerente – conforme descritivo constante na própria planilha – não restam dúvidas que se caracterizam como bens de capital essenciais dignos da proteção legal garantida pela Lei nº 11.101/05.

Da mesma forma, os imóveis/lotes relacionados a atividade imobiliária constituem importantíssimos ativos para a CARAVAGGIO, especialmente neste momento em que as atividades de pavimentação, usinagem e construção estão prejudicadas.

Diante disto, requer o deferimento de tutela de urgência no sentido de declarar a IMPREScindibilidade/ESSENCIALIDADE de todos os bens relacionados nas planilhas de imobilizadas anexas, a fim de que sejam mantidos na posse da requerente, impedindo-se eventuais constrições judiciais (ex.: penhoras, arrestos, etc.) ou extrajudiciais (alienação fiduciária).

Por consequência, requer seja determinada a intimação de eventuais credores fiduciários para que não procedam com quaisquer atos de expropriação dos referidos bens.

³ STJ - AgInt no AREsp: 1057370 RS 2017/0034499-6, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Data de Julgamento: 01/03/2018, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/03/2018.





V.2. ABSTENÇÃO DE BLOQUEIOS OU RETENÇÕES DE VALORES NAS CONTAS BANCÁRIAS DA RECUPERANDA

Conforme se verifica da relação nominal de credores anexa, a CARAVAGGIO possui instituições financeiras como credoras, de forma que, a fim de viabilizar a regular continuidade das atividades empresariais da requerente, faz-se necessário que seja decretado por este r. Juízo o sobrestamento de bloqueios e retenções em suas contas bancárias.

Isto porque a gestão da empresa depende, naturalmente, da utilização das contas correntes mantidas junto aos bancos credores, seja para pagamento de funcionários, fornecedores, dentre outras atividades comerciais realizadas por intermédio de transações financeiras.

Ocorre que, sendo essas instituições financeiras credoras, os valores oriundos de depósitos / transferências comerciais ou administrativas nas contas corrente da requerente correm sérios riscos de serem bloqueados ou retidos em razão das dívidas havidas com tais instituições.

Todavia, uma vez inseridas nas relações nominais de credores, não cabe a essas instituições financeiras, ao menos neste momento, procederem qualquer bloqueio ou retenção de valores nas contas da requerente, já que seus créditos estão sujeitos ao processo recuperacional, consoante art. 49 da LRF:

Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Registre-se que **o inciso III do art. 6º da Lei nº 11.101/05, introduzido pela Lei nº 14.112/2020, passou a proibir expressamente qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais.** Vejamos:

Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:

III - **proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro,**





busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência.

Ademais, eventuais bloqueios/retenções estarão em franca contrariedade ao princípio da *par conditio creditorum*, isto é, da ordem retilínea e paritária do pagamento dos credores.

Esta conduta de favorecimento de um ou mais credores em detrimento dos demais constitui crime, diga-se de passagem, consoante o art. 172 da LRF.

Tem-se, portanto, que a apropriação de valores nas contas da CARAVAGGIO comprometerá seriamente o regular desenvolvimento de sua atividade empresarial, podendo implicar na inviabilização do plano de recuperação a ser apresentado oportunamente.

Diante disso, demonstrada a relevância dos fundamentos e o fundado receio de dano irreparável, **requer a concessão de tutela específica para o fim de determinar que as instituições financeiras credoras se abstenham de efetuar qualquer bloqueio / retenção de valores nas contas bancárias da requerente, sob pena de multa diária a ser fixada por este juízo.**

V.3. SOBRESTAMENTO DE PROTESTOS

A CARAVAGGIO já possui obrigações líquidas, certas e exigíveis vencidas e na iminência de serem protestadas e, certamente, após a cessação dos pagamentos dos credores abarcados pela Recuperação Judicial, terão diversos títulos indicados à protestos.

Desta forma, a fim de que não sejam efetuados quaisquer protestos referentes às obrigações sujeitas aos efeitos da presente ação, evitando-se, assim, maiores danos ao crédito já abalado da requerente, requer a expedição de ofícios aos Cartórios de Protesto e Títulos da comarca de Cascavel/PR, para que não procedam com o registro de qualquer protesto referente às obrigações





lançadas no rol de credores e, ainda, determinando o sobrestamento dos efeitos dos protestos eventualmente consumados.

VI. PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Diante de todo o exposto, não remanescendo dúvidas quanto ao preenchimento de todos os requisitos legais, requer seja deferido o deferimento do processamento da recuperação judicial da **CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA.**, decretando-se:

- (i) A suspensão de todas as ações e execuções movidas em face da **CARAVAGGIO**, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio/titular, nos termos do art. 6º, II, da Lei nº 11.101/05;
- (ii) A proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens da **CARAVAGGIO**, nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 11.101/05, com a expedição de ofício às instituições bancárias credoras para que se abstenham de efetuar qualquer bloqueio / retenção de valores nas contas bancárias mantidas junto a elas, sob pena de multa diária;
- (iii) O sobrestamento de protestos eventualmente consumados, decorrentes de dívidas incluídas no rol de créditos da presente recuperação judicial;
- (iv) A declaração de **imprescindibilidade/ essencialidade** dos bens de titularidade da requerente, incluindo os imóveis/lotas, listados nas relação de imobilizados, determinando-se a manutenção dos referidos bens na posse da empresa e impedindo eventuais atos expropriatórios, quaisquer que sejam;





Por consequência, requer:

- a) Seja nomeado **Administrador Judicial**, que deverá ser profissional idôneo, observando o disposto no artigo 21, da LRF;
- b) A **intimação do representante do Ministério Público** para a intervenção que lhe for própria;
- c) A **expedição de edital** a ser publicado no órgão oficial, nos termos do artigo 52, § 1º, da LFR;
- d) A **expedição de ofícios aos Cartórios de Protesto e Títulos de Cascavel/PR** para que não haja quaisquer protestos referentes às obrigações sujeitas aos efeitos da presente ação, evitando-se, assim, maiores danos ao crédito já abalado da requerente, bem como determine o sobrestamento dos efeitos daqueles que já houverem sido consumados;
- e) **Seja comunicado o deferimento do processamento do pedido às Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal e o Registro Público de Empresas competente para as devidas anotações:**

Protesta-se, também, pela **apresentação de outros documentos em complementação aos já apresentados**, bem como pela produção de provas que se façam necessárias para o deslinde da ação e pela eventual retificação das informações e declarações constantes desta peça.

Por derradeiro, requer todas as intimações dirigidas à requerente sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de **Marco Antonio Domingues Valadares, OAB/PR 40.819**, sob pena de nulidade do ato, nos termos do art. 272, §§ 2º e 5º do Código de Processo Civil.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 37.524.300,58** (trinta e sete milhões, quinhentos e vinte e quatro mil e trezentos reais e cinquenta e oito centavos) em atenção ao disposto no art. 51, § 5º, da Lei nº 11.101/05.





Nestes termos,
Pede e espera deferimento.
Maringá/PR, em 16 de novembro de 2022.

VALADARES ADVOGADOS ASSOCIADOS
OAB/PR 2.975 – CNPJ 13.032.865/0001-81
MARCO ANTONIO DOMINGUES VALADARES
ADVOGADO E SÓCIO FUNDADOR - OAB/PR 40.819

MARCO VALADARES

ADVOGADO – OAB/PR 40.819

CAMILA MICHELETTI CASAGRANDE

ADVOGADA – OAB/PR 113.766

GUILHERME ANTONIASSI BALDISSERA

ADVOGADO – OAB/PR 90.756

RICARDO ARCANJO DE OLIVEIRA

ADVOGADO – OAB/PR 73.327

AMANDA MOREIRA SANTOS

ADVOGADA – OAB/PR 92.465

DEISE DEJAINÉ DA CRUZ

ADVOGADA – OAB/PR 88.440

GUSTTAVO J. L. DOS SANTOS

ADVOGADO – OAB/PR 54.965

SERGIO RICARDO MELLER

ADVOGADO – OAB/PR 28.274

CAIQUE MIGUEL C. NASCIMENTO

ADVOGADO – OAB/PR 103.681

FABIO DANILO WERLANG

ADVOGADO – OAB/PR 32.133

NATÁLIA PAULINO E SOUZA FARAH

ADVOGADA – OAB/PR 102.302

VITOR HERNANDES BALDASSI

ADVOGADO – OAB/PR 81.851



Av. Nóbrega, 370, Ed. Green Park, Zona 04 • CEP 87014-180 • Maringá/PR • +55 44 3227-9396
Rua Dr. Zamenhof, 378, Alto da Glória • CEP 80030-320 • Curitiba/PR • +55 41 3093-9396
www.valadaresadvogados.com.br | OAB/PR 2.975

